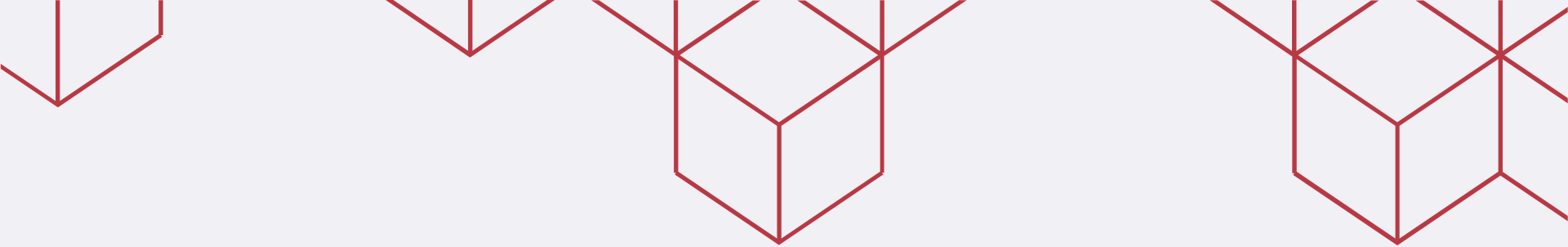


Políticas de autonomia das escolas

Ana Patrícia Almeida

Funchal | 29 de Maio 2023 | I Encontros da Primavera FPAE/ARAE






Políticas de autonomia das escolas como Modelo Político Global

Políticas de autonomia das escolas em Portugal



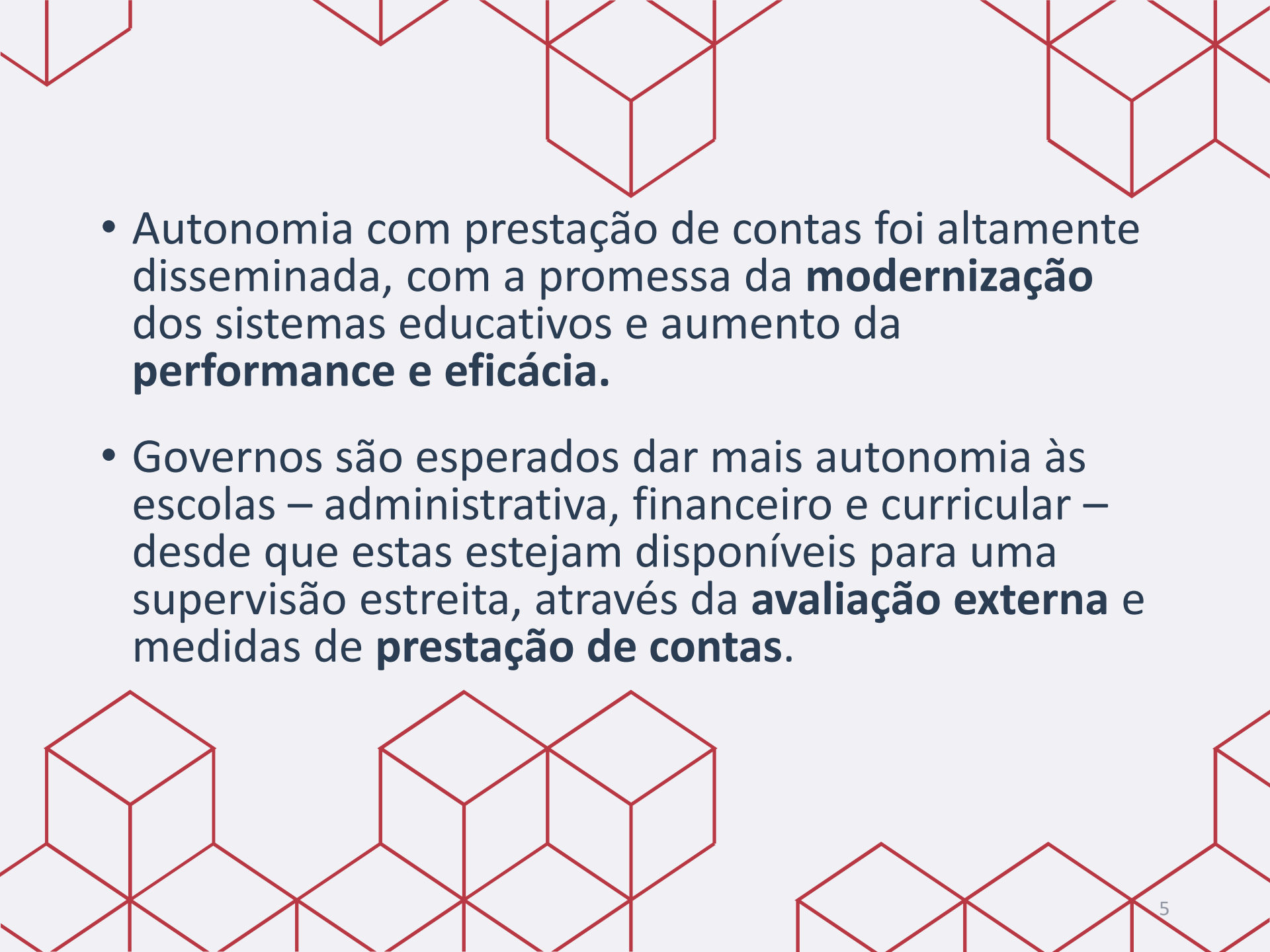
01

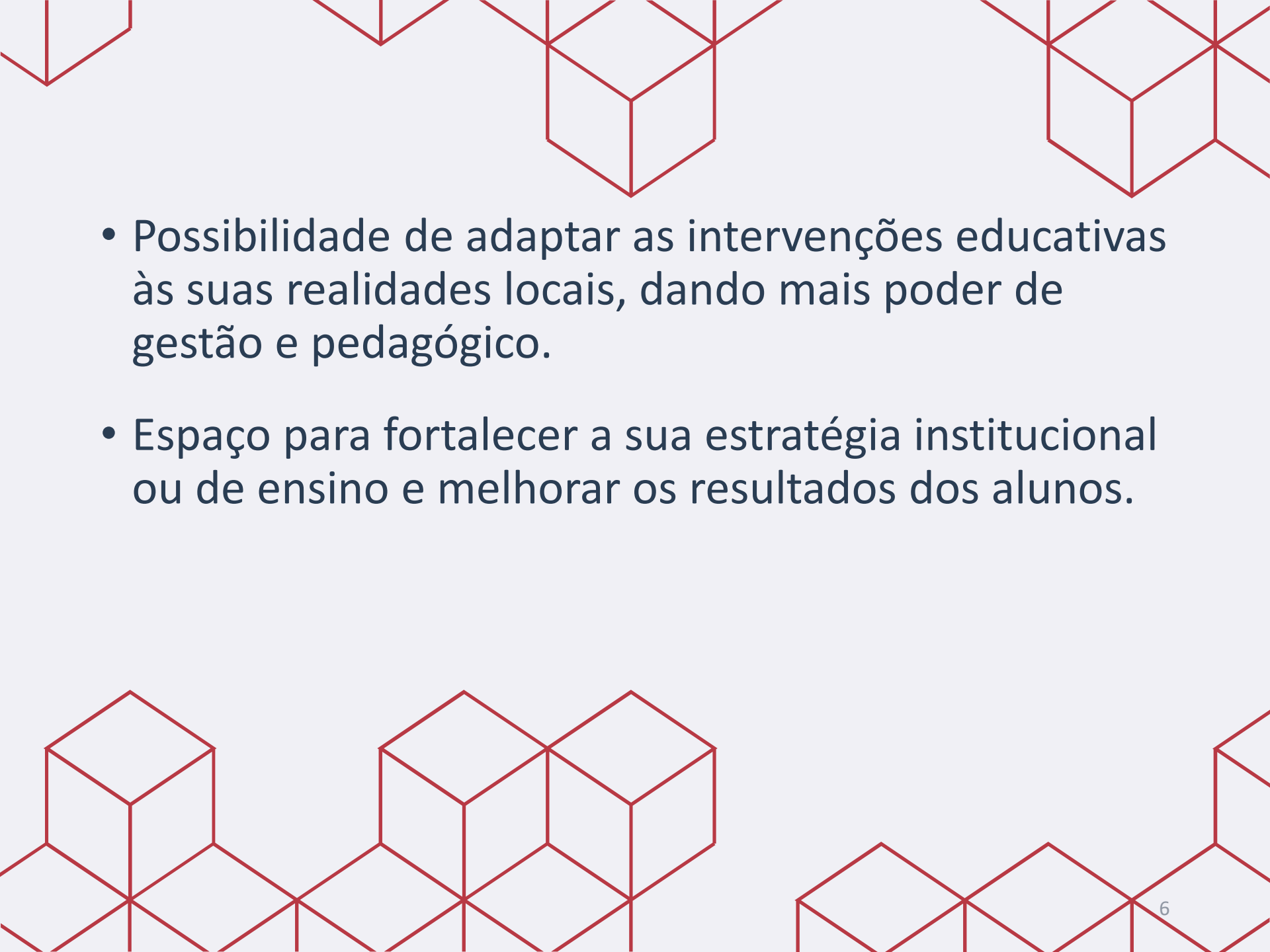
Políticas de autonomia das escolas como Modelo Político Global



Políticas de autonomia das escolas como Modelo Político Global

- Procura competências globais em economias cada vez mais interdependentes
- Desafios gerados pelas inovações tecnológicas e a competição entre sistemas educativos para atingir melhores resultados

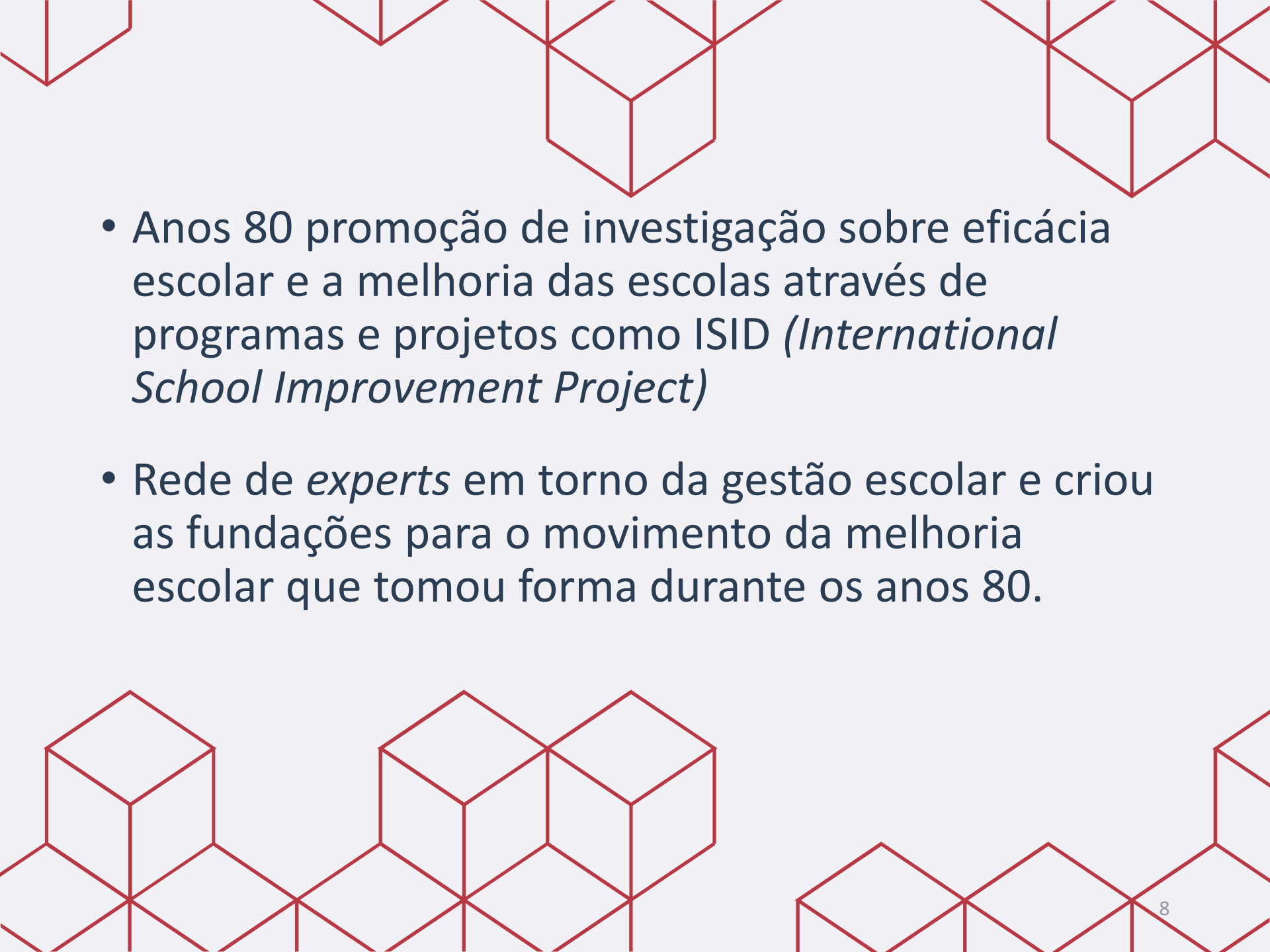
- 
- Autonomia com prestação de contas foi altamente disseminada, com a promessa da **modernização** dos sistemas educativos e aumento da **performance e eficácia**.
 - Governos são esperados dar mais autonomia às escolas – administrativa, financeiro e curricular – desde que estas estejam disponíveis para uma supervisão estreita, através da **avaliação externa** e medidas de **prestação de contas**.

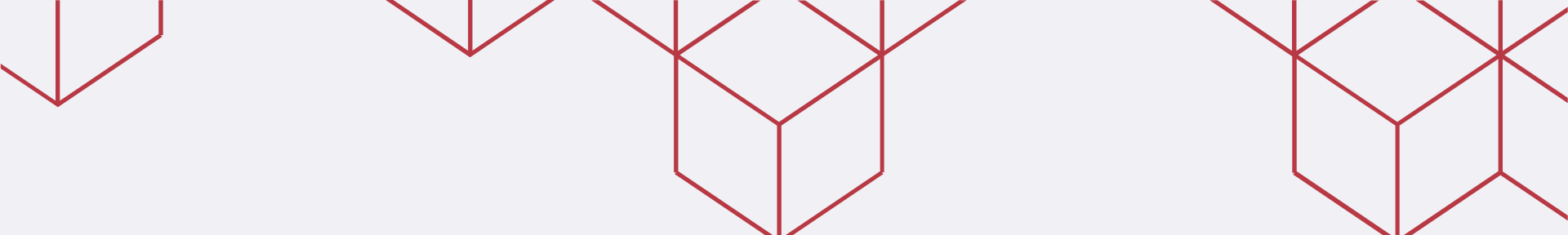
- 
- Possibilidade de adaptar as intervenções educativas às suas realidades locais, dando mais poder de gestão e pedagógico.
 - Espaço para fortalecer a sua estratégia institucional ou de ensino e melhorar os resultados dos alunos.




As Agências Internacionais e as políticas de autonomia das escolas

- **Papel-chave** na construção e difusão da política da autonomia das escolas e prestação de contas como um **Modelo Político Global**.

- 
- Anos 80 promoção de investigação sobre eficácia escolar e a melhoria das escolas através de programas e projetos como ISID (*International School Improvement Project*)
 - Rede de *experts* em torno da gestão escolar e criou as fundações para o movimento da melhoria escolar que tomou forma durante os anos 80.

- 
- Repertório de políticas desenvolvidas neste período prefiguraram na agenda da autonomia das escolas que se cristalizou no início dos anos 2000 (Verger, Fontdevila e Parcerisa, 2019).
 - Duas últimas décadas a OCDE recorreu cada vez mais à prestação de contas, avaliação externa, autonomia escolar, ao aconselhar os países na forma de governo das escolas.

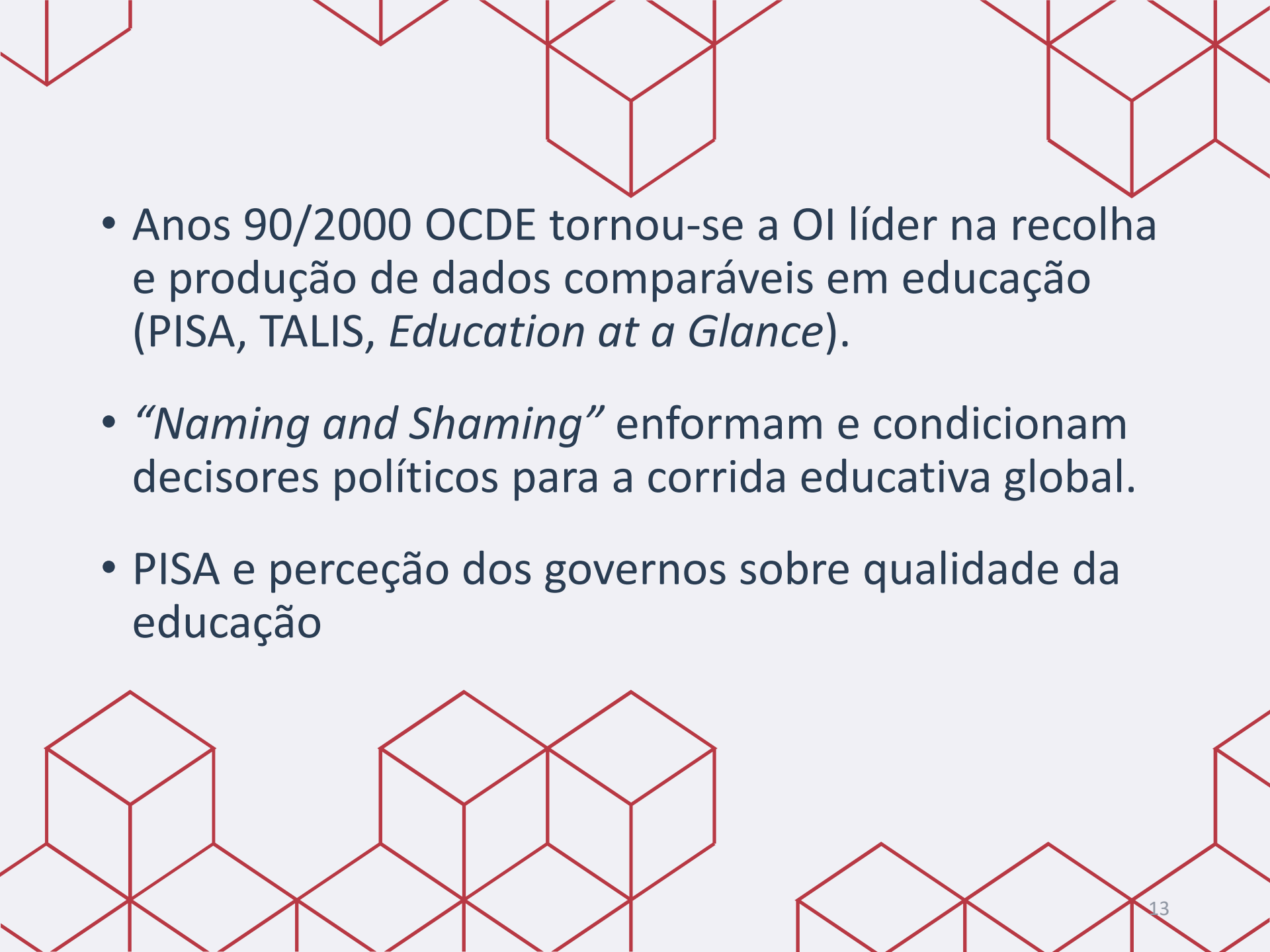
- 
- Modelo resiliente ao contexto independentemente do seu nível económico e das suas tradições administrativas.
 - Parte de agenda política congruente com NGP que a própria OCDE tem vindo a advogar em diferentes setores públicos desde os anos 80

Que mecanismos usa a OCDE?



Recolha de dados

- Uma das maiores fontes de poder das OI é o “processo de medir, produzir dados e definir *standards*” (Porter e Webb, 2007, p. 48).
- OCDE tem historicamente jogado um papel importante na “quantificação e mapeamento estatístico na educação” (Gorur, 2015, p. 582)

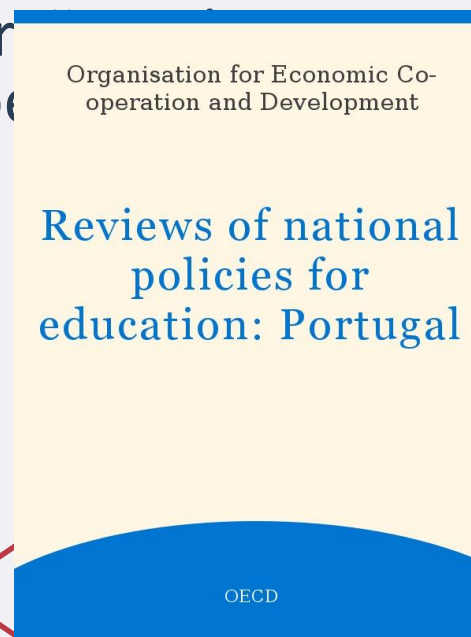
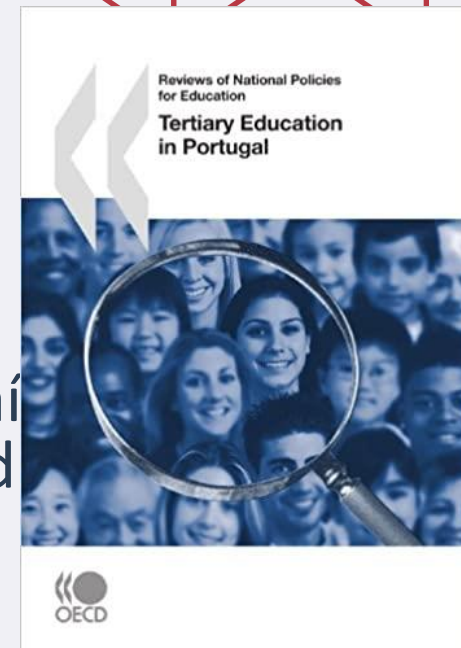
- 
- Anos 90/2000 OCDE tornou-se a OI líder na recolha e produção de dados comparáveis em educação (PISA, TALIS, *Education at a Glance*).
 - “*Naming and Shaming*” enformam e condicionam decisores políticos para a corrida educativa global.
 - PISA e perceção dos governos sobre qualidade da educação

- PISA ao promover competição reforça a adoção de políticas de autonomia das escolas e prestação de contas indiretamente mas também de forma explícita

*“há uma série de políticas e práticas escolares que são cruciais para o desempenho sem estarem necessariamente vinculadas a recursos. Podemos destacar 3 – diferença institucional, **autonomia e prestação de contas**” (OCDE, 2007, p.1)*

Avaliação de Políticas

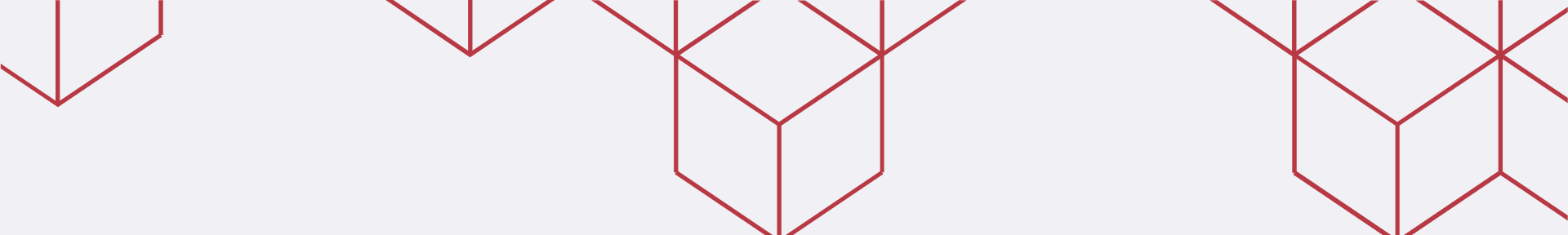
- Atividades orientadas para fornecer aos países orientações e conselhos para as políticas educacionais (Martens e Jakobi).
- Revisão por pares
- Forma de vigilância multilateral e coerente que coloca em movimento dinâmicas de melhoria (Marcussen, 2004)




Geração de ideias

- Mecanismo através do qual a OCDE promove debates entre países e constrói recomendações políticas e programas
- Ligado aos 2 mecanismos anteriores mas envolve uma interpretação proativa dos dados e das avaliações.

“os técnicos da OCDE desempenham um papel estratégico no avanço da reforma educacional, estabelecendo pontes entre os discursos internacionais e a política nacional e fazendo a mediação entre os campos da política e da pesquisa” (Carvalho e Costa, 2017)



A trajetória do modelo oficial de autonomia das escolas é marcado em Portugal, tanto pelas forças exercidas pelos “padronizadores” internacionais que colocam em circulação as regras do “como fazer”, como o efeito de mobilização dessas regras à escala nacional por atores heterogêneos, de acordo com os seus conhecimentos e recursos para ação e com as especificidades dos sistemas de significados e das relações de poder dos contextos em que eles intervêm. (Carvalho e Costa, 2017)





01

Políticas de autonomia das escolas em Portugal

Autonomia das escolas: retórica, decretada, real.

1º momento



- 1914
- Regulamentação que determinava a “capacidade de os liceus administrarem com relativa autonomia a dotação que anualmente lhe é consignada...”
- Estado confia aos professores dos liceus a administração da sua fazenda...(Barroso, 2004)

Autonomia das escolas: retórica, decretada, real.

2º
momento

- LBSE
- Comissão de Reforma do SE em 1986
- Retórica da autonomia das escolas ganha projeção em 1987 e no programa do governo:
 - ❖ reforço da autonomia das escolas
 - ❖ desenvolvimento de projetos pedagógicos próprios
 - ❖ promoção de uma ampla descentralização e desconcentração de funções e poderes

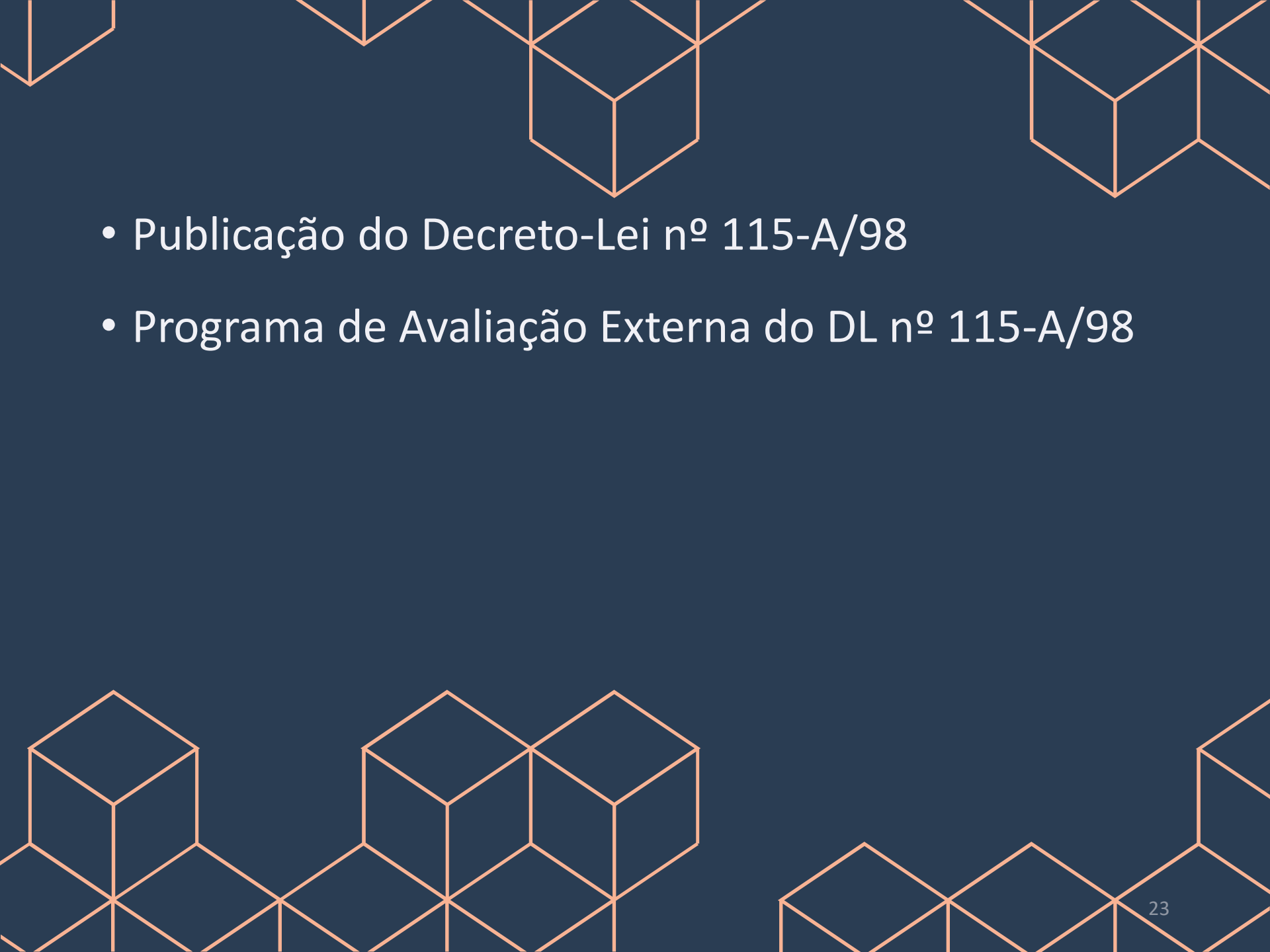
- Esta orientação política tem expressão no decreto-lei nº 43/89.
- Apesar da expressão e projeção a autonomia decretada foi bastante reduzida e o diploma não passou, no essencial, de uma declaração de intenções.

Autonomia das escolas: retórica, decretada, real.

3º
momento

- Marçal Grilo
- Pacto Educativo para o futuro
- Estudo prévio sobre autonomia das escolas (João Barroso)

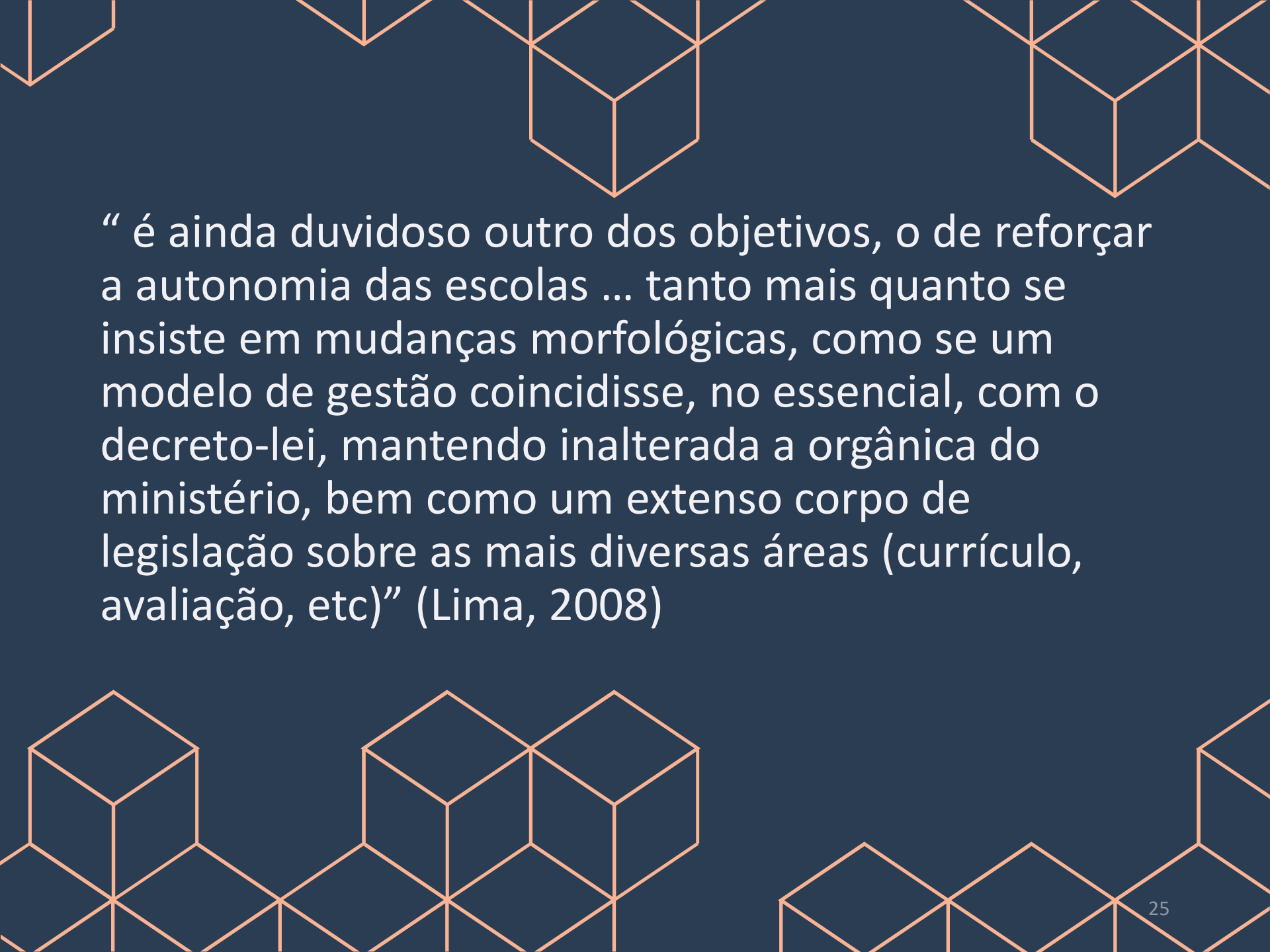


- 
- Publicação do Decreto-Lei nº 115-A/98
 - Programa de Avaliação Externa do DL nº 115-A/98

Autonomia das escolas: retórica, decretada, real.

4º
momento

- Em 2008 um novo “Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão” das escolas públicas é justificado pela necessidade de:
 - ❖ Abertura das escolas às comunidades locais, através do reforço da participação das famílias e dos representantes da comunidade, no Conselho Geral;
 - ❖ Reforço da liderança das escolas, criando através da figura do Diretor, condições para “boas lideranças e lideranças fortes”;
 - ❖ Reforço da autonomia das escolas.



“ é ainda duvidoso outro dos objetivos, o de reforçar a autonomia das escolas ... tanto mais quanto se insiste em mudanças morfológicas, como se um modelo de gestão coincidissem, no essencial, com o decreto-lei, mantendo inalterada a orgânica do ministério, bem como um extenso corpo de legislação sobre as mais diversas áreas (currículo, avaliação, etc)” (Lima, 2008)

“Autonomia crítica”

(Ferreira, 2017)

“Terra prometida”

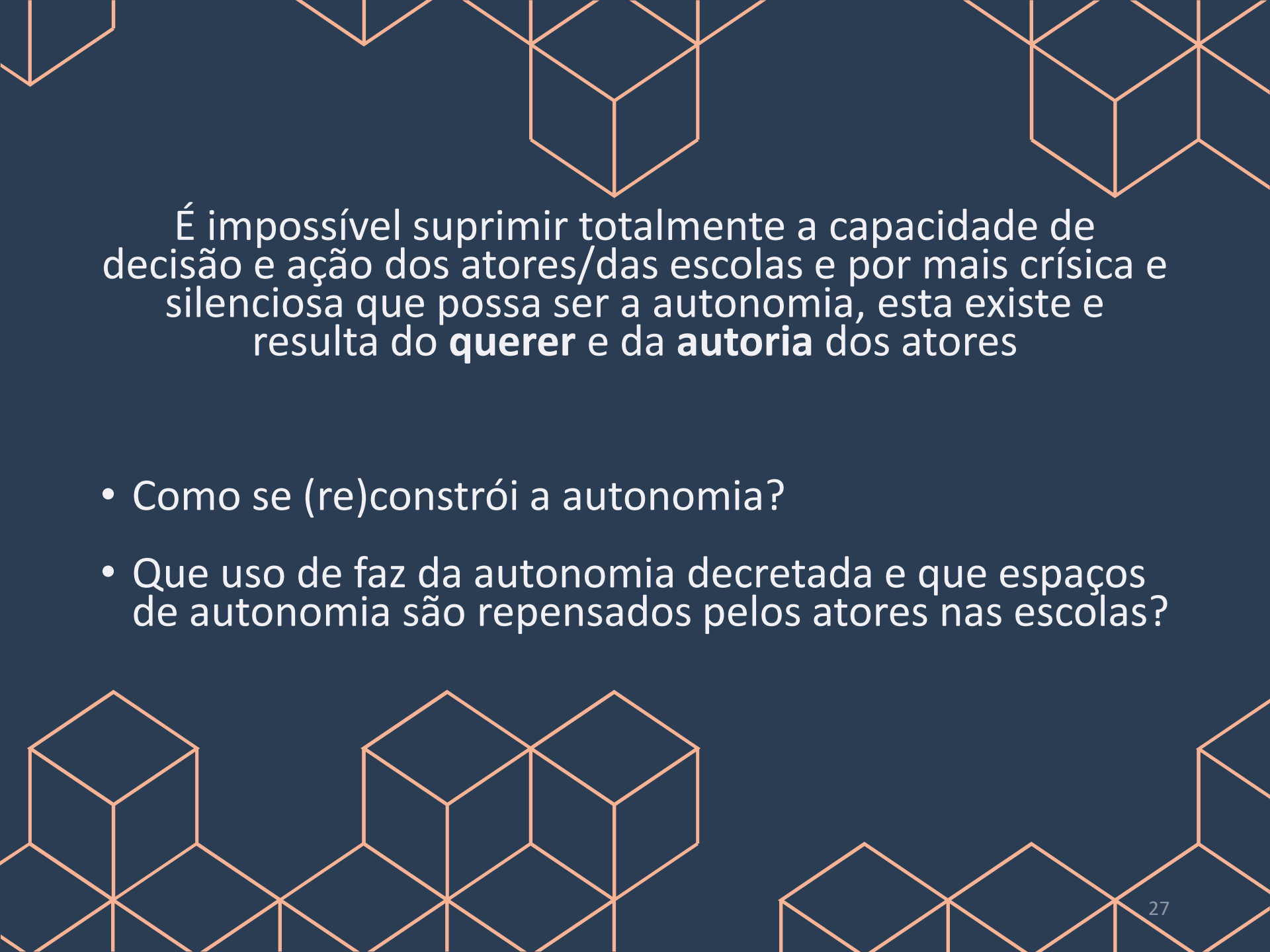
(Lima, 2008)

“Ficção Necessária”

(Barroso, 2004)

“Mistificação Legal”

(Barroso, 2004)



É impossível suprimir totalmente a capacidade de decisão e ação dos atores/das escolas e por mais crítica e silenciosa que possa ser a autonomia, esta existe e resulta do **querer** e da **autoria** dos atores

- Como se (re)constrói a autonomia?
- Que uso de faz da autonomia decretada e que espaços de autonomia são repensados pelos atores nas escolas?

Obrigada!



Ana Patrícia Almeida
anap.almeida@uab.pt
Universidade Aberta